| 39 | IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS: ESPAÇOS DE EXCLUSÃO X TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

Paulo Roberto Rodrigues Soares

Esta Sessão Livre pretende discutir os impactos socioespaciais dos Megaeventos Esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016) nas metrópoles brasileiras, especialmente nas cidades-sede destes eventos.

No Brasil, o estágio atual de desenvolvimento econômico se caracteriza por uma ampla reestruturação socioespacial, especialmente reestruturação urbana, a qual atinge todo o território nacional, mas com forte repercussão nos principais espaços metropolitanos. Esta reestruturação está baseada no crescimento das atividades econômicas, industriais, comerciais e de serviços, bem como em um novo ciclo de desenvolvimento da produção imobiliária o qual se reproduz em duas frentes principais: por um lado, a expansão dos empreendimentos imobiliários de alto padrão e para a classe média, ocupando setores valorizados do espaço urbano. De outro, os projetos de habitação popular financiados pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), os quais ocupam as novas periferias urbanas criando novos vetores de valorização. Ambas as expansões abrem novas fronteiras para o capital imobiliário e se produzem sobre espaços muitas vezes já ocupados por assentamentos informais consolidados, os quais sofrem processos de desintegração e expulsão/remoção para periferias ainda mais distantes onde desempenharão o papel de "colonizadores".

Os Megaeventos Esportivos programados para o Brasil nos próximos anos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016) encaixam-se neste amplo movimento de reestruturação urbana como estratégia do Estado - em diferentes níveis - e dos grandes capitais para acelerar o processo de produção espacial na definição de obras, de projetos de infraestrutura e programas de "revitalização urbana".

A partir dos Jogos Olímpicos de 1992, em Barcelona, os Megaeventos Esportivos adotaram uma dimensão mais ampla no processo de acumulação capitalista tendo como foco a cidade. Os Megaeventos e as obras necessárias para a adaptação da cidade às suas necessidades passaram a catalisar uma série de ações por parte do poder público local e dos capitais globais interessados no processo de reestruturação urbana e na produção de mais-valias imobiliárias. É particularmente notável o número cada vez maior de cidades inseridas nesta nova realidade ao longo das últimas décadas. Estabelece-se uma "guerra de lugares" pela atração dos Megaeventos, encarados como "janela de oportunidades" para os governos locais apresentarem e inserirem sua cidade no circuito de negócios e do turismo global.

Este movimento acompanha significativas mudanças no escopo do planejamento urbano, o qual é progressivamente direcionado à captação de recursos externos e à aplicação de técnicas empresariais na administração de municípios, caracterizando o que se convencionou chamar de "empresariamento urbano". Assim, a atração de eventos de porte internacional, sobretudo os Megaeventos Esportivos, tem sido encarada por empresários, planejadores e governantes como uma forma de se dinamizar a economia local em grandes cidades e de se tentar resolver graves problemas relacionados às desigualdades sociais e aos efeitos das "deseconomias de aglomeração" percebido nas diversas metrópoles globais. Acrescente-se ainda o forte componente ideológico dos Megaeventos os quais contribuem para a fabricação do "consenso urbano" em torno ao apoio político aos governos locais e suas "coalizões de crescimento" urbano.

As corporações responsáveis pela organização dos jogos (FIFA, COI) em associação com grandes corporações internacionais lançam seus "pacotes" de encargos e exigências nas quais as cidades e países-sede devem responder com uma série de investimentos em infraestrutura urbana e de transportes e comunicações. Abre-se, portanto, uma ampla oportunidade para novos negócios os quais se realizam com as empresas "associadas", patrocinadoras dos megaeventos.

Na última década, vinculado com a nova conjuntura econômica internacional, percebe-se o deslocamento dos Megaeventos Esportivos rumo aos chamados "países emergentes" os quais se apresentam como nova fronteira de acumulação, dada a crise econômica configurada nos principais centros do capitalismo global (Estados Unidos, Europa, Japão). Acrescente-se a este "poder de atratividade" dos países emergentes a necessidade de investimentos em infraestrutura, uma maior disposição de financiamento público e o menor controle por parte do Estado e da sociedade civil sobre as corporações responsáveis pelas obras das instalações esportivas e de infraestrutura urbana.

No caso brasileiro, os Megaeventos Esportivos inserem-se no chamado "novo desenvolvimentismo", encaixando-se neste ciclo atual de expansão econômica baseado na forte mobilização do financiamento Estatal (BNDES, PAC, MCMV) e na inserção de grandes grupos econômicos nacionais (empreiteiras, construtoras, bancos, mineradoras, agronegócio) no processo de acumulação. Acrescente-se a este processo a expansão dos serviços e do consumo na esteira da elevação da renda da população no fenômeno propagandeado pelos meios de comunicação como "nova classe média".

As cidades brasileiras respondem por este processo de reestruturação. Novo ciclo da construção civil, projetos de infraestrutura urbana, expansão dos serviços e projetos de "revitalização" das áreas centrais estão alterando significativamente a estrutura espacial de nossas principais metrópoles, gerando fortes impactos socioespaciais que atingem especialmente as parcelas da população já excluídas do "direito à cidade".

Entre os impactos mais visíveis e perversos das obras vinculadas aos Megaeventos temos as remoções e deslocamento de populações dos setores urbanos valorizados pelas obras. Estas remoções se fazem em nome do "interesse geral" da cidade nas obras relacionadas ao Megaevento. É notório que os governos locais estão aproveitando os megaeventos como aceleradores de projetos de infraestrutura, bem como de para alterações e afrouxamento dos marcos reguladores da produção do espaço urbano (planos diretores, leis de zoneamento, instrumentos urbanísticos). Acrescente-se também as políticas de "higienização", ordenamento controlado dos espaços públicos e militarização da questão urbana empreendidas pelos governos locais em associação com os governos estaduais e federal.

Portanto, o objetivo desta Sessão Livre é discutir e avaliar os impactos sociais, políticos, econômicos e espaciais que o megaevento esportivo Copa do Mundo de 2014 está gerando nas cidades-sede no Brasil. Pretende-se aqui discutir o processo de reestruturação socioespacial, seus principais agentes locais e globais, suas estratégias de atuação, suas alianças com os poderes políticos e econômicos locais. Pretende-se também analisar os espaços de exclusão social produzidos pelas obras de infraestrutura, além dos territórios e as estratégias de resistência dos grupos sociais excluídos e dos movimentos sociais e populares. Entre as comunicações apresentadas serão admitidos trabalhos que tratem dos impactos dos megaeventos em cidades-sede como um todo, bem como pesquisas por "eixos de análise" tais como "desenvolvimento econômico", "equipamentos e serviços urbanos", "dinâmica urbana e ambiental", "mobilidade urbana", "governança urbana e metropolitana", além das experiências de pesquisa sobre os megaeventos em outros países e continentes.

Embora a vinculação maior dos pesquisadores desta Sessão Livre seja o Projeto "Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016", do Observatório das Metrópoles, estão convidados para o debate além dos integrantes

da rede de pesquisa, pesquisadores independentes, movimentos sociais e populares e pesquisadores internacionais, visando uma abordagem comparativa com outras realidades.

Palavras-chave: megaeventos esportivos, impactos socioespaciais, reestruturação urbana

GOVERNANÇA EMPREENDEDORISTA E MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: REFLEXÕES EM TORNO DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Orlando Alves dos Santos Júnior

Resumo

O objetivo da apresentação é discutir os impactos dos megaeventos a partir da emergência de um novo padrão de governança urbana e da conformação de uma nova coalizão políticosocial – expressando uma aliança de classes específica – que sustentaria essa governança, na qual os grandes empreendimentos e os megaeventos tem importância central.

Tendo como referência as reflexões de David Harvey e a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais, discute-se questões relativas às políticas urbanas empreendidas pelo poder público e às remoções justificadas pela preparação da cidade para receber os jogos da Copa do Mundo de Futebol e às Olimpíadas.

O Brasil vive atualmente momento de transição que coloca a necessidade de atualizar a questão urbana e sua tradução em modelos de planejamento e gestão das cidades. A acumulação urbana está sendo reconfigurada com alterações no padrão clássico da modernização-conservadora que presidiu a inclusão do país na expansão da economiamundo e a realização dos megaeventos esportivos – Copa de 2014 e Olimpíadas 2016 – vem jogando papel crucial nesse processo.

A exposição reflete sobre as mudanças econômicas e políticas em curso nas cidades brasileiras e como ela está aprofundando a mercantilização, criando novas condições para a circulação e reprodução do capital pela transformação dos preços e das instituições do mercado como núcleo da dinâmica de organização e apropriação território urbano. No centro de tais mudanças estão os megaeventos esportivos e a sua transformação midiática em recurso político de legitimação do poder urbano modernizador-conservador, viabilizando a continuidade da marcha da nossa revolução passiva.

Palavras-chave: governança empreendedorista, megaeventos esportivos, direito à cidade

OS IMPACTOS DA COPA DE 2014 NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Ana Maria Filgueira Ramalho

Resumo

Recife como cidade-sede eleita para a Copa de 2014, justificou a criação de uma nova centralidade urbana/metropolitana e um novo modelo de gestão. O local escolhido para implantação do principal equipamento necessário ao evento - arena esportiva - localiza-se no município de São Lourenço da Mata, um dos mais pobres da Região Metropolitana do Recife. A arena esportiva é o equipamento âncora da cidade planejada onde terá moradias,

escritórios, shoppings, centro de convenções e hotéis. Lançada pelo governo estadual junto com a iniciativa privada, através de Parceria Público Privada, essa nova centralidade foi denominada de "Cidade da Copa", desassociando-a de um lugar reconhecido pela pobreza, e construindo uma nova imagem de cidade. A "Cidade da Copa" vem sendo anunciada como a primeira smart city da América Latina, onde terá lugar para morar, trabalhar, divertir e estudar. Também estão previstos vários projetos de mobilidade urbana, centros de atendimento ao turista, aumento da rede hoteleira, entre outros equipamentos, para viabilizar a Copa em Recife. Todo esse conjunto de obras e projetos tem contribuído para: pouca participação dos poderes executivos municipais, quando os projetos impactam diretamente em seus territórios, os municípios têm tido papel secundário, cabendo aos mesmos, apenas a responsabilidade pelas alterações nas legislações urbanísticas e aprovações de projetos; violação aos direitos humanos, principalmente através de processos de remoções forçados, afastando famílias pobres para as periferias; e a falta de transparência e de mecanismos de participação e de controle social quanto aos projetos, bem como, quanto aos recursos financeiros empregados.

Palavras-chave: megaeventos, city marketing, gestão urbana.

CHOQUE DE DESORDEM: RESISTINDO À FIXAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Christopher Thomas Gaffney

Resumo

A chegada dos megaeventos esportivos no Brasil é fruto da busca do capital para superar uma crise estendida de sobre-acumulação. Conforme Harvey (1989, 2005), novas fronteiras de especulação são necessárias para que o capital se reproduza numa maneira mais eficiente. Segundo Santos, o sistema atual de capital precisa de fluxos e fixos para realizar sua expansão infinita e com essa demanda vêm à necessidade de criar novos "fixos", ou seja, infraestrutura (aeroportos, rodovias, hotéis, centros de comunicação) que conduzam os fluxos (capital, informação, turistas, bens). Na cidade do Rio de Janeiro, os processos de fixação de capital (através de destruição criativa e acumulação por espoliação) para liberar os fluxos do mesmo estão acontecendo em meio a um contexto de desigualdade social e de uma infraestrutura bastante degradada. Esse trabalho pretende analisar os projetos de infraestrutura urbana em curso com a intenção de decifrar as lógicas de acumulação que estão por detrás deles. Em particular, analisaremos os projetos de mobilidade urbana (BRT e rodovias), a estrutura de segurança pública e os empreendimentos esportivos de alto rendimento.

Palavras-chave: fixos, infraestruturas, megaeventos esportivos.

IMPACTOS DOS PROJETOS PARA A COPA 2014 EM SALVADOR -PRIVATIZAÇÃO SELETIVA E EXCLUSIVIDADE NA EXPANSÃO URBANA

Ângela Gordilho Souza

Com a proximidade da Copa do Mundo 2014, os projetos para as 12 cidades que sediarão os jogos no Brasil foram definidos atendendo a matriz de responsabilidades firmada com a Federação Internacional de Futebol (FIFA). Consistem basicamente na construção de novas arenas; investimentos na mobilidade urbana; reforma de aeroportos e portos; e melhorias hoteleiras. O argumento em favor desses investimentos públicos é que trazem benefícios para as cidades, criam empregos e geram renda, exigindo para isso agilidade de execução, com a participação do setor privado. Propõe-se analisar, com base nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto Metropolização e Mega-eventos, os impactos desse processo na produção recente do espaço metropolitano de Salvador, uma das cidades-sedes, abordando os projetos e as intervenções públicas e privadas em curso. Nesse processo, a pretexto do megaevento, são visualizadas oportunidades no território, que abrangem mais do que a implementação da agenda para a sua realização. A cidade passa a ser objeto de novos investimentos, que envolvem a gestão privatizada de equipamentos urbanos e a definição dos novos empreendimentos pelas grandes empresas. Destacam-se os desdobramentos atuais dessas relações na configuração da metrópole expandida, indicando um crescente movimento de privatização seletiva e exclusividade de uso do espaço urbano, que redesenham e requalificam a cidade-região.

Palavras-chave: Mega-eventos; intervenções públicas; gestão urbana.

CIDADES DA COPA E OS PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DE PORTO ALEGRE

Lucimar Fátima Siqueira, Paulo Roberto Rodrigues Soares

Resumo

As cidades brasileiras que receberão jogos da Copa 2014 já mostram as manifestações empíricas dos seus projetos. Se redesenham num mosaico midiático onde investimentos públicos em infraestrutura se concentram em áreas consolidadas da cidade. Por outro lado, programas sociais ligados sobretudo à moradia para população pobre são implementados em locais afastados. Porto Alegre definiu a área de planejamento prioritário com o argumento da Copa2014 seguindo a lógica de aproveitar oportunidades. Assinou 10 projetos de mobilidade urbana através do PAC com valor financiado de R\$484.400.000,00. Porém, esta é apenas uma parte dos projetos em implementação. Somados a estes estão outros 206. O "Caminho da Copa" e requalificação de espaços são exemplos de ações que reestruturam o espaço urbano e o cotidiano da população. Por outro lado, o destino dos moradores pobres foi definido pela demarcação das Áreas Especiais de Interesse Social do Programa Minha Casa Minha Vida. São nestes locais que será reassentada a maioria da população removida para implementação das obras. Em 2009 foram registradas 52 mil inscrições no PMCMV para empreendimentos distribuídos em 42 AEIS. Em 2011 foram autorizados empreendimentos para produção habitacional nas faixas de zero à 10 SM totalizando 36.974UH e destas somente 8.467 para renda até 3SM. O artigo em discussão tem como objetivo mostrar como se dá a relação entre as políticas públicas e programas de moradia no contexto da Copa2014 e as consequências já observadas em Porto Alegre. Partimos da análise de diretrizes dos programas, relatórios do poder público, entrevistas e visitas de campo.

Palavras-chave: megaeventos esportivos, políticas públicas, reestruturação urbana